



ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## EDITAL N. 38/2026

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna pública a realização de processo seletivo para participação no **Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Constitucional e Administrativo**, destinada a servidores efetivos e ativos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, de acordo com as instruções integrantes deste edital e conforme regulamenta o Provimento TJMT/CM n. 14/2014.

### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O presente processo seletivo será regido por este edital e pelo Provimento TJMT/CM n. 14/2014.

1.2 A inscrição neste processo seletivo implica conhecimento e aceitação das normas contidas neste edital e no Provimento TJMT/CM n. 14/2014.

1.3 O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Constitucional e Administrativo, será realizado pela Fundação Escola do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, conforme Contrato n. 153/2025 – CIA 0078932-48.2025.8.11.0000.

1.4 A pós-graduação será ministrada na modalidade 60% presencial, na Escola dos Servidores, e 40% virtual/online de forma síncrona (remoto online ao vivo).

### 2. DOS CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO

2.1 São requisitos cumulativos para a participação no curso de pós-graduação:

2.1.1 Ser servidor efetivo e ativo, com pelo menos 3 (três) anos de exercício no Poder Judiciário de Mato Grosso;

2.1.2 Ser Servidor em estágio probatório, no qual não será observado o pré-requisito de 3 (três) anos de exercício, desde que assuma o compromisso de permanecer vinculado ao Poder Judiciário de Mato Grosso, de acordo com os critérios estabelecidos no art. 8º, inciso III, alíneas a, b e c do Provimento TJMT/CM n. 14/2014;

2.1.3 Atuação em área cuja atribuição seja compatível com o conteúdo programático do curso;

2.1.4 Não estar sujeito à aposentadoria compulsória durante o período de realização do curso pretendido e em período equivalente após sua conclusão;

2.1.5 Não ter registro vigente de penalidade disciplinar, nem estar respondendo a sindicância ou





**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

processo administrativo disciplinar;

2.1.6 Não estar cedido, em razão de convocação ou requisição, com exercício integral das atribuições em outro órgão público;

2.1.7 Em caso de descumprimento do compromisso estabelecido no item 2.1.2 com a Administração, será descontado o valor da capacitação nos cálculos relativos às verbas rescisórias do servidor, nos limites da lei, respeitada a proporcionalidade do cumprimento do tempo estipulado.

2.1.8 Caso o servidor opte pela aposentadoria voluntária após assinar o contrato de capacitação com a Administração, será descontado em folha de pagamento, nos limites da lei, o *quantum* referente ao custo do investimento, respeitada a proporcionalidade do cumprimento do tempo estipulado.

2.1.9 Os servidores em teletrabalho poderão se inscrever, contudo, as despesas de locomoção e diárias observarão a localidade da Comarca/Unidade de lotação, exceto aqueles que estiverem com residência na Capital de Mato Grosso, os quais não terão o pagamento das despesas mencionadas.

2.1.10 Não poderão se inscrever no programa de pós-graduação os servidores efetivos que estiverem dentre o rol estabelecido nos incisos I a VI do art. 9º do Provimento TJMT/CM n. 14/2014.

### **3. DAS VAGAS**

3.1 Serão disponibilizadas 40 (quarenta) vagas e mais 20 (vinte) cortesias para o Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Constitucional e Direito Administrativo.

### **4. CARGA HORÁRIA**

4.1 A carga horária total será de 360 (trezentos e sessenta horas) horas-aulas para o desenvolvimento dos conteúdos programáticos, distribuídas em 16 disciplinas e atividades extracurriculares.

### **5. DA INSCRIÇÃO**

5.1 O processo de inscrição será realizado em duas etapas:

a) a pré-inscrição, mediante o envio de um formulário de cadastro do servidor acerca do interesse no curso e de coleta de informações quanto aos critérios de participação estipulados no Provimento TJMT/CM n. 14/2014;

b) aprovação da inscrição e efetivação da matrícula do servidor no curso de pós-graduação.





**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

5.2 As pré-inscrições serão realizadas exclusivamente por *link* a ser disponibilizado na Intranet e nos e-mails funcionais dos servidores, **no período de 2.2.2026 a 6.2.2026**.

5.3 Caberá à Coordenadoria de Gestão de Pessoas validar as informações contidas no formulário, especialmente quanto à informação de que o servidor não está respondendo a sindicância ou processo administrativo disciplinar no período de **9.2.2026 a 13.2.2026**.

5.4 Havendo empate no processo de pontuação e classificação serão utilizados os critérios constantes do Provimento TJMT/CM n. 14/2014, de forma sucessiva e excludente, na seguinte ordem:

- a) tempo de serviço (maior tempo de serviço prestado no Poder Judiciário/MT);
- b) tempo de graduação (maior tempo de graduação – cômputo em horas-aulas);
- c) avaliação de desempenho (maior nota na avaliação de desempenho).

5.5 A Escola dos Servidores observará as normas constantes do Provimento TJMT/CM n. 14/2014 que trata sobre a Política de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso, para a seleção dos interessados.

## **6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES**

6.1 As inscrições que cumprirem os critérios previstos no Provimento TJMT/CM n. 14/2014, respeitado o número de vagas definido neste Edital, serão submetidas à homologação do Presidente do Tribunal de Justiça e o resultado será disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico.

6.2. Será publicado no Diário da Justiça Eletrônico edital com as inscrições preliminarmente deferidas, considerando-se indeferidas as que não constarem na relação.

## **7. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**

7.1 Do indeferimento da inscrição caberá recurso, dirigido a Escola dos Servidores do Poder Judiciário, no prazo de 2 (dois) dias corridos, após a publicação do resultado preliminar.

7.2 O resultado final, após a análise dos recursos, será disponibilizado no Diário da Justiça eletrônico.

## **8. DA MATRÍCULA NO CURSO**

8.1 Deferidas as inscrições, o servidor deverá encaminhar a documentação exigida no prazo estabelecido no cronograma para a efetivação regular da matrícula no curso, sob pena de cancelamento de sua participação.

8.2 O servidor encaminhará com a documentação, o Termo de Capacitação devidamente





**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

assinado, conforme determina o art. 16, IV, do Provimento TJMT/CM n. 14/2014, que trata das responsabilidades, obrigações e penalidades.

## **9. DA DESISTÊNCIA DO CURSO**

9.1 A solicitação de desistência, deverá ser comunicada pelo candidato no Sistema CIA, **com antecedência de 02 (dois) dias úteis, antes do início do curso**, para que seja providenciada a substituição da vaga, nos moldes do art. 16, inciso II, do Provimento TJMT/CM n. 14/2014, sob pena de reembolso dos valores custeados pela Administração.

## **10. DO CRONOGRAMA**

10.1 O cronograma das fases e etapas do processo seletivo se encontra no Anexo I.

10.2 Os servidores matriculados no curso de pós-graduação deverão desenvolver os trabalhos conforme o cronograma de execução constante no Anexo III.

10.3 As datas previstas no cronograma poderão sofrer alterações, com a devida comunicação a todos os interessados, sendo fundamental o acompanhamento constante do candidato.

10.4 As aulas presenciais serão realizadas uma ou duas vezes por mês, às quintas-feiras, sextas e sábados, com horários das 8h às 12h e das 14h às 18h, e aos sábados das 8h às 13h.

10.5 O aluno matriculado terá um prazo de até 90 (noventa) dias para elaboração e protocolo do artigo científico de conclusão do curso, contado a partir da data de recebimento do e-mail com a designação de orientação do artigo.

10.6 O conteúdo programático se encontra no Anexo II deste edital.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1 A participação no curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Constitucional e Administrativo não poderá interferir no cumprimento da jornada de trabalho no PJMT, salvo em situações legalmente previstas.

11.2 O certificado de conclusão do curso deve ser obrigatoriamente emitido pela instituição de ensino que ministrou o curso.

11.3 A cópia do trabalho final, quando exigido pela instituição promotora do curso, ficará à disposição da Escola dos Servidores do Poder Judiciário, que poderá utilizá-lo para fins de disseminação do conhecimento.

11.4 Em caso de reprovação, o servidor reembolsará ao Poder Judiciário 70% do valor despendido para pagamento de sua capacitação.

11.5 Eventuais valores acrescidos para provas de avaliações substitutivas serão pagas pelo aluno.





**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

11.6 Os casos não previstos neste edital e no Provimento TJMT/CM n. 14/2014 serão resolvidos pela Presidência do TJMT.

Cuiabá/MT, 2 de fevereiro de 2026.

Desembargador JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA



Documento assinado eletronicamente. Utilize o endereço abaixo para validar o QRCode.  
<https://validador.tjmt.jus.br/codigo/AD:18230000-0AA7-0A58-5EF7-08DE6290EC35>



**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**ANEXO I\*\***

**CRONOGRAMA DAS FASES E ETAPAS**

<b>FASE</b>	<b>PERÍODO</b>
Pré-inscrição	<b>2 a 6.2.2026</b>
Análise das informações apresentadas	<b>9 a 13.2.2026</b>
Período de inscrições	<b>18 a 23.2.2026</b>
Homologação das inscrições	<b>24 a 26.2.2026</b>
Publicação das inscrições homologadas	<b>27.2.2026</b>
Interposição de recurso	<b>2 a 3.3.2026</b>
Resultado dos recursos	<b>6.3.2026</b>
Prazo para entrega da documentação	<b>9 a 13.3.2026</b>
Publicação do resultado final das inscrições	<b>18.3.2026</b>
Início do curso	<b>9.4.2026</b>

\*\* O cronograma poderá sofrer modificações.



Documento assinado eletronicamente. Utilize o endereço abaixo para validar o QRCode.  
<https://validador.tjmt.jus.br/codigo/AD:18230000-0AA7-0A58-5EF7-08DE6290EC35>



ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**ANEXO II**  
**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**TEORIA DO ESTADO E FUNDAMENTOS DA CONSTITUIÇÃO**

Direito, Direito Constitucional e Teoria do Estado. Estado e Sociedade; Estado e Política; Estado e Direito; Estado de Direito e Constituição; Princípios e Regras Constitucionais; A Interpretação e Aplicabilidade das Normas Constitucionais; O Regime Político; A Democracia na Constituição; A República; O Presidencialismo; A Federação; A Defesa da Constituição.

**2. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E PODER EXECUTIVO**

A organização político-administrativa do Estado. A Federação brasileira. Entes federativos. Competências. Intervenção federal e estadual. Administração Pública Direta e Indireta. Poder Executivo. Os Ministros de Estado e os Conselhos.

**3. GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO E AÇÕES CONSTITUCIONAIS**

Princípios Constitucionais Processuais e o novo CPC. Direito de Ação e Petição. Mandado de Segurança Individual e Coletivo. Mandado de Injunção. Ações de Controle Concentrado. O papel de estabilização dos Precedentes. Precedentes Vinculantes e Persuasivos.

**4. PODER JUDICIÁRIO E TUTELA JURISDICIONAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

Judiciário, Constitucionalismo e Estado de Direito; Judiciário e Democracia; Acesso à jurisdição; Interpretação/aplicação do Direito; Jurisprudência defensiva; Supremo Tribunal Federal como Corte Constitucional; Superior Tribunal de Justiça; Justiça Federal e Estadual; Conselho Nacional de Justiça; A tutela jurisdicional dos direitos fundamentais; Controle de constitucionalidade; Tutela de direitos coletivos.

**5. DIREITOS FUNDAMENTAIS: CONTEMPORÂNEOS TEORIA E DESAFIOS**

A constitucionalização dos direitos e seus efeitos. Teoria dos Direitos Fundamentais. Direitos individuais: categorias, titulares e garantias. Tratados internacionais de direitos humanos. Direitos sociais: tipologia, efetividade e limites. O STF e os direitos fundamentais. Concretização responsável dos direitos fundamentais. Direitos Fundamentais em tempos de crise e em épocas extraordinárias.

**6. JURISDIÇÃO E HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL**

Jurisdição, Ação, Defesa e Processo no Estado Constitucional. Jurisprudência como fonte do



Documento assinado eletronicamente. Utilize o endereço abaixo para validar o QRCode.  
<https://validador.tjmt.jus.br/codigo/AD:18230000-0AA7-0A58-5EF7-08DE6290EC35>



**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

direito. Efeito vinculante das decisões judiciais. Súmulas vinculantes e reclamação constitucional. Sistema de precedentes. Repercussão geral. Ações e recursos repetitivos. Fundamentação das decisões amparadas em precedentes. Dinâmica processual – aplicação, distinção e superação de precedentes.

economia. Teoria da Regulação Econômica. Fundamentos da regulação. Órgãos de controle e agências reguladoras. Concorrência e livre iniciativa. Inovação e tecnologias. Tutela de grupos vulneráveis: afrodescendentes, indígenas, mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência. Direito à identidade de gênero. Consumidores vulneráveis. Princípio da Solidariedade.

**7. ESTADO CONTEMPORÂNEO: REGULAÇÃO, TECNOLOGIA E VULNERABILIDADES**

Concepções de Estado e eficácia da atividade estatal em relação à economia. Teoria da Regulação Econômica. Fundamentos da regulação. Órgãos de controle e agências reguladoras. Concorrência e livre iniciativa. Inovação e tecnologias. Tutela de grupos vulneráveis: afrodescendentes, indígenas, mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência. Direito à identidade de gênero. Consumidores vulneráveis. Princípio da Solidariedade.

**8. DIREITO CONSTITUCIONAL ADMINISTRATIVO**

Postulados Constitucionais do Direito Administrativo: organização, função e regime jurídico. Princípios constitucionais explícitos: Legalidade, Impessoalidade, Publicidade, Eficiência e Moralidade. Princípios constitucionais implícitos: Supremacia do Interesse Público, Indisponibilidade dos Interesses Públicos, proporcionalidade, motivação e segurança jurídica. Hermenêutica do Direito Público e a nova LINDB. Atos administrativos e seu controle.

**9. NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

Princípios do novo regime de contratação pública. Licitações e Contratos Administrativos. Novo Marco Legal de Contratação Pública. Inovações: fase de planejamento, licitações, contratações diretas e contratos administrativos. Visão sistêmica do processo de contratação. Direito intertemporal.

**10. LICITAÇÕES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Direito de Petição. Processo administrativo (Lei 9784/99, Lei 13655/18). Controle do procedimento. Espécies recursais (Impugnação, Pedido de Esclarecimentos, Recurso Hierárquico, Representação, Pedido de Reconsideração). Rito recursal. Teses aplicáveis e questões na análise dos Recursos. Representação perante os Tribunais de Contas.





**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

## **11. GESTÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO**

Projetos de concessão de serviço público ou obra pública: estruturação, celebração e gestão do contrato. Manifestação de interesse, alocação de riscos, análise do value for money e elaboração do edital. Cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogação de prazo e financiamento. Contratos de concessão pós-COVID-19.

## **12. GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Análise econômica do direito aplicada à Administração Pública. Instituições jurídicas e eficiência. Ordem Pública de Controle e de Direção. Contratos públicos: moralidade, custos e inibição do oportunismo. Análise de impacto regulatório. Consequencialismo nas decisões administrativas.

## **13. COMPLIANCE E INTEGRIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Corrupção e seus impactos. Fundamentos e desafios do compliance no setor público. Parâmetros de um sistema de integridade. Compliance nas Contratações Públicas: obrigação contratual, critério de desempate, redução de sanção e reabilitação. Avaliação e certificação dos programas. Gestão de riscos: mapa e matriz de riscos.

## **14. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO**

Nova Lei de Improbidade Administrativa: principais modificações. Punição dos atos dolosos. Direito Administrativo Sancionador. Crimes contra a Administração Pública. Bem jurídico tutelado: patrimônio público e propriedade administrativa. Improbidade e combate à corrupção. Defesa da probidade e do erário público. Direitos e garantias fundamentais do investigado.

## **15. PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE NORMAS E JURISPRUDÊNCIA ADMINISTRATIVA**

**Hierarquia das normas no ordenamento jurídico brasileiro.** Processo legislativo constitucional. Elaboração de leis complementares e ordinárias. Medidas provisórias e decretos. Processo de elaboração de normas administrativas: resoluções, portarias, instruções normativas, regulamentos e atos administrativos normativos. Competência normativa. Regulamentos autônomos e de execução. Controle de legalidade e constitucionalidade das normas. Jurisprudência administrativa e judicial na interpretação e aplicação das normas.

## **16. METODOLOGIA DO ENSINO E PESQUISA JURÍDICA**

Ensino jurídico no Brasil. A crise do ensino jurídico: limites e possibilidades. Metodologia tradicionalista: positivismo e subsunção. Metodologia jurídica na pós-modernidade.

Constitucionalização do direito e ensino jurídico. Métodos de ensino e problematização.





**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Articulação entre teoria e prática. Práxis pedagógicas e ensino participativo. Tecnologias aplicadas ao ensino. Metodologia da pesquisa jurídica. Preparação para o trabalho de conclusão de curso. Observação: essa proposta inicial poderá ser alterada após discussões pedagógicas com os professores de cada uma das disciplinas, o que será previamente submetido ao TJMT.



Documento assinado eletronicamente. Utilize o endereço abaixo para validar o QRCode.  
<https://validador.tjmt.jus.br/codigo/AD:18230000-0AA7-0A58-5EF7-08DE6290EC35>



**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**ANEXO III  
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO\*\***

Datas	Modalidade
9 a 11 de abril de 2026	Presencial
6 a 8 de maio de 2026	Presencial
21 a 23 de maio de 2026	Virtual
18 a 20 de junho de 2026	Presencial
9 a 11 de julho de 2026	Virtual
6 a 8 de agosto de 2026	Presencial
27 a 29 de agosto de 2026	Virtual
10 a 12 de setembro de 2026	Presencial
24 a 26 de setembro de 2026	Virtual
8 a 10 de outubro de 2026	Presencial
22 a 24 de outubro de 2026	Virtual
12 a 14 de novembro de 2026	Presencial
26 a 28 de novembro de 2026	Virtual
18 a 20 de fevereiro de 2027	Presencial
4 a 6 de março de 2027	Virtual
18 a 20 de março de 2027	Presencial

\*\*sujeito a alterações



Documento assinado eletronicamente. Utilize o endereço abaixo para validar o QRCode.  
<https://validador.tjmt.jus.br/codigo/AD:18230000-0AA7-0A58-5EF7-08DE6290EC35>



# Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi assinado eletronicamente, na plataforma de assinaturas do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Para assegurar a autenticidade e validar as assinaturas, utilize o endereço abaixo.

<https://validador.tjmt.jus.br/codigo/AD:18230000-0AA7-0A58-5EF7-08DE6290EC35>



**Código verificador - AD:18230000-0AA7-0A58-5EF7-08DE6290EC35**



**JOSE ZUQUIM NOGUEIRA**  
Assinado em 02/02/2026 15:27:27